

Breves apontamentos sobre as questões do género na sociedade tradicional do Alto - Alentejo

Carla Queirós

Licenciada em Antropologia e Pós-graduada em Museologia

Consultora da Rede Portuguesa de Museus, Portugal

carlaqueiros@hotmail.com

Resumo

O tema do género é abordado numa perspectiva anacrónica que remete para a sociedade rural alentejana no período anterior à generalização das inovações tecnológicas, que teve lugar nos meados do século passado. Inevitavelmente abordam-se as questões relativas à diferenciação sexual, o papel do homem e da mulher na comunidade rural, ao mesmo tempo que se pretende inter-relacionar com as questões da hierarquia social, expressas nas grandes assimetrias existentes entre a minoria dos que possuíam a terra e a maioria dos que a trabalhavam.

Palavras-chave

Diferenciação sexual; hierarquia social; redes de vizinhança.

Abstract

The paper refers the gender in an anachronic perspective of a rural society in Alentejo, in the period preceding to generalization of the technological innovations, which happened in the middle of the 20th century. The research is focus in the sexual-differentiation subject, man's and women's roles in rural community, and at the same time, their inter connection with the social hierarchy, expressed in the existing social asymmetry between a minority group which owned the land, and a majority that worked on it.

Key Words

Sexual differentiation; social hierarchy; vicinity network

O mundo rural português conheceu, a partir de meados do século XX, o declínio e a revolução provocados pela generalização das transformações tecnológicas ocorridas, com maior incidência, a partir das décadas de 50 e 60. Até então dominava uma agricultura tradicional, de subsistência, impondo as práticas e marcando os ritmos em função dos quais se organizava toda a sociedade rural. No Alentejo, região das grandes planícies, predominavam as herdades, dedicadas sobretudo à produção cerealífera e à criação de gado, cujos proprietários se destacavam no topo da hierarquia social. Contudo, a maior parte da população pertencia à grande classe dos trabalhadores rurais, assalariados sem terra, que asseguravam a concretização das actividades agrícolas nas grandes propriedades.

Ao contrário dos lavradores que habitavam nas casas senhoriais existentes nos montes, ou em grandes palacetes nas cidades, os trabalhadores rurais residiam nas aldeias e povoações mais próximas das herdades onde laboravam. José da Silva Picão, lavrador e etnógrafo natural do concelho de Elvas, publicou em 1903, uma das mais importantes obras alguma vez produzidas sobre o mundo rural português - o livro *Através dos Campos*. Nesta obra em que descreve as particularidades do modo de vida rural num concelho do Alto Alentejo o autor refere que:

«(...) pelo menos quatro quintas partes da sua população masculina, válida, emprega-se todo o ano a servir nas herdades. Andam lá pelo campo agarrados à *obrigação*, mas o domicílio estabelecem-no nas povoações. Cada chefe de família tem aí o seu lar, onde vive habitualmente a mulher e os filhos. Ele em pessoa só o utiliza quando folga e quando está doente ou desacomodado.» (PICÃO, [1903] 1983: 151).

Na classe dos trabalhadores rurais a diferenciação sexual era visível desde logo na organização familiar, isto é, os homens eram responsáveis pelo sustento da casa e as mulheres pela sua administração. A mulher desempenhava um papel ambíguo nesta sociedade tradicional, na medida em que manifestava total subserviência ao marido perante a sociedade exterior, mas assumia o controlo e autoridade no seu reduto familiar. Com o casamento adquiria um estatuto proeminente, totalmente oposto aquele que lhe era conferido enquanto solteira na casa dos seus pais. Uma vez casada, a mulher tornava-se totalmente responsável pela administração do lar, quer no desempenho das lides domésticas, na criação dos filhos, na resolução nas questões inerentes ao governo da casa,

mas também na contribuição para o orçamento familiar dado que executava periodicamente algumas actividades agrícolas, de onde auferia alguns rendimentos complementares à economia familiar.

Para além do trabalho do campo, as suas primeiras obrigações eram para com a família, o marido e os filhos. A casa deveria constituir sempre a sua prioridade e, se tal não acontecia, era alvo de crítica social acentuada. Às suas moradias dedicavam exímios cuidados de limpeza e tratamento, reflectido-se o zelo empregue no interior e exterior das habitações, ao qual José da Silva Picão se refere em tom de crítica:

«O colorido dos móveis, a limpeza das loiças, o brilho dos metais, a alvura das paredes e a ordem impecável que tudo se patenteia, são motivos de surpresa para o estranho, que se lhes deparem desprevenido. Aquele conjunto todo, que mais se assemelha a bazar de feira do que residência de labregos humildes denota, inquestionavelmente, decidido gosto pelo belo. Gosto arreigadíssimo, indiscutível e exagerado, a ponto de se lhes sacrificarem bastante as necessidades de alimentação. Não é caso para louvar, mas merecem registar-se.» (PICÃO, [1903] 1983: 156).

A gestão da casa e do orçamento familiar conferiam à mulher um poderio e um domínio absoluto. A *féria*¹ ou a *jorna*² do marido era-lhe entregue pelo próprio para que ela gerisse e distribuisse consoante as necessidades. Todas as despesas da casa e da família eram asseguradas por si, inclusive os gastos do quotidiano do marido com o tabaco, o vinho ou o barbeiro que a mulher se encarregava de pagar³. Todas as decisões respeitantes à vida familiar eram tomadas por si. Nos assuntos relativos à vida doméstica, o homem não se imiscuía, ainda que por vezes fizesse notar a sua presença como chefe de família repreendendo a esposa, ralhando ou sovando-a numa situação extrema, por exemplo, se descobria que a mulher encobria o namoro de uma filha, ou se era informado de que ela era alvo de censuras na aldeia. Contrariamente ao que sucedia nas classes mais elevadas, os conflitos entre marido e mulher na classe dos trabalhadores rurais não eram dissimulados, antes pelo contrário, eram bem divulgados e constituíam, perante a vizinhança, uma prova da autoridade masculina. Efectivamente, apesar da soberania feminina e do papel proeminente que a mulher desempenhava na gestão familiar, o homem era o cabeça de casal, reconhecido por lei. A ele competia administrar os bens da família, responsabilizar-se por dívidas contraídas pela mulher e inclusive, em caso de separação, ficar com a guarda dos filhos (CUTILEIRO, 1977: 132). Legalmente a soberania familiar pertencia ao homem, e de várias formas tal se expressava, por exemplo, na posição subalterna que a mulher ostentava publicamente, caminhando ligeiramente atrás do marido sempre que se deslocavam juntos em locais públicos. Na vida doméstica e familiar os papéis invertiam-se e a mulher assumia, de facto, o controle e a liderança familiar.

Para além do seu desempenho no seio familiar, as mulheres assumiam um papel social extremamente importante nas comunidades rurais. José Cutileiro, na sua obra *Ricos e Pobres no Alentejo*, publicada na sua versão original em 1971, aborda com particular interesse a questão das

relações de vizinhança, chamando a atenção para o facto de estas serem manifestamente relações femininas. O facto de as mulheres permanecerem grande parte do seu tempo na aldeia, em contacto directo e permanente com as vizinhas, tornava as suas relações totalmente propícias à vigilância e ao controlo social. De facto, as mulheres viviam o seu dia-a-dia em função da vida social:

«É notável a falta de informação e a falta de curiosidade em relação ao que se passa no mundo, o que contrasta vivamente com a minuciosa análise a que é submetido o microcosmos local. Se bem que toda a gente preste atenção ao que os outros fazem, são as mulheres que desempenham o papel fundamental na criação de redes de troca de informações. (...) Grupos interligados de mães, filhas, irmãs e vizinhas asseguram esta cobertura «informativa» da aldeia, aproveitando os lavadouros públicos e as lojas para permutar e actualizar informações.» (CUTILEIRO, 1977: 184).

Conforme a dimensão dos acontecimentos, revelava-se a sua propagação. Pequenos acontecimentos poderiam ter uma repercussão diminuta, por exemplo, ao nível de uma única rua mas, grandes acontecimentos, sobretudo os de acentuada carga negativa, esses atingiam uma dimensão considerável, ultrapassando os limites da aldeia e chegando amiúde ao conhecimento das freguesias vizinhas. Se tal caso envolvesse, por exemplo, a reputação de uma mulher, a sua condição na aldeia poderia ser colocada em risco, podendo atingir um ponto extremo em que a mulher e respectiva família tivessem que abandonar a povoação caso o episódio se tornasse alvo de censura pública atroz e assim manchasse a honra da família em questão.

Neste intrincado de redes de vizinhança é curioso observar a relação estabelecida entre as mulheres camponesas e as esposas dos lavradores abastados. Encontrando-se em pólos hierarquicamente opostos dir-se-ia, à partida, que não existiria qualquer tipo de relação entre ambas. Mas, de facto, as relações existiam, ainda que dissimuladas e manifestamente oportunistas. Mantendo-se aparentemente afastada dos enredos e dos acontecimentos dos povoados, a mulher rica estava contudo sempre informada dos assuntos da aldeia e tinha na outra uma informante privilegiada, que a colocava ao corrente dos mexericos e das novidades. Da sua informante esperaria também cumplicidade em determinados assuntos em que não era suposto intervir. Em contrapartida, a mulher campónia garantia assim protecção e auxílio para si e para a restante família, por exemplo, o emprego do marido e filhos (e o seu próprio quando trabalhava no campo), bem como poderia usufruir de contribuições em dinheiro, a troco de alguns favores e também beneficiar de intercessão em hospitais ou outros serviços administrados por elementos das classes abastadas (CUTILEIRO, 1977: 139).

O papel das mulheres abastada na sociedade tradicional alentejana era totalmente inverso ao das mulheres dos trabalhadores rurais. As primeiras viviam praticamente confinadas ao lar, ao contrário das outras cujo quotidiano era partilhado entre a casa, a rua, a loja, o lavadouro e outros espaços

públicos e privados da aldeia. Possuíam empregadas ao seu serviço que as poupavam totalmente das actividades domésticas, que apenas supervisionavam. Por norma, não se ausentavam de casa e quando tal sucedia, faziam-se acompanhar pelo marido ou por uma empregada. Os seus tempos livres eram dedicados aos labores e às artes, à educação dos filhos, às obras de caridade, às idas à igreja e tão simplesmente ao ócio. O seu papel no seio familiar resumia-se à sua presença e superintendência. Ao contrário das mulheres do campo, não contribuíam de forma alguma para o orçamento familiar, uma vez que não lhes era permitido qualquer tipo de ocupação profissional remunerada. Nas famílias ricas, por oposição ao que sucedia nos lares dos trabalhadores rurais, o dinheiro era totalmente gerido e administrado pelo homem, a quem as esposas deveriam solicitar, sempre que necessário, o dinheiro para qualquer gasto pessoal. Mesmo nos casos de serem contempladas com uma herança, a sua administração cabia sempre ao marido. Ao contrário das mulheres camponesas, que no seu dia-a-dia estabelecem os mais variados contactos com homens ou rapazes alheios à vida familiar, às mulheres abastadas não lhes era permitido qualquer contacto directo com elementos do sexo oposto, que não fossem marido, filhos ou parentes.

*

Quer José da Silva Picão, quer José Cutileiro, dedicam especial atenção nas suas obras à problemática da relação entre pais e filhos. Ambos salientam que os filhos eram de facto a principal ocupação e preocupação das mães, quer nas classes abastadas, quer na classe dos trabalhadores rurais.

Nas sociedades rurais tradicionais o modelo de família alargada predominava, sendo que as mães dedicavam todos os cuidados e atenções aos filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida. Tentavam por todos os meios protegê-los de bruxedos e maus olhados, através dos mais variados tipos de instrumentos de protecção que colocavam nos cintos dos cueiros e ao pescoço das crianças. Aos primeiros filhos era sempre concedida uma atenção especial que se poderia eventualmente perder quando aumentava a prole. Sucedia, nas famílias mais pobres, que quando o número de filhos era elevado, os próprios pais admitiam, sem preocupação, que Deus lhes faria um grande favor se *levasse um ou dois*. Nestes casos, se por acaso adoeciam as crianças, não se faziam grandes esforços para as curar (PICÃO, [1903] 1983: 165). Esta atitude revela-se no facto de não ser socialmente imposto o uso de luto por crianças falecidas com menos de sete anos, o que contrastava com a obrigatoriedade que se impunha à mãe de usar luto perpétuo por morte de um filho mais velho (CUTILEIRO, 1977: 143).

Enquanto crianças, os filhos constituíam o centro das atenções. Pela mãe eram extremamente protegidos, o que não impedia que por vezes fossem castigados à tarefa, considerado factor imprescindível na sua educação. Após os dez ou onze anos, quando não mais cedo, os rapazes

iniciavam-se nos trabalhos agrícolas e iniciavam assim o seu caminho para a independência. À escola nem todos iam aliás, nem os próprios pais faziam questão que assim fosse⁴. Na realidade, o importante era que os rapazes desde cedo mostrassem apetência e desenvoltura para trabalhar no campo e assim seguir o exemplo do pai.

Por seu lado, as raparigas eram protegidas pelas mães até à idade de casar. Eram mantidas em casa onde se dedicavam às tarefas domésticas, aprendendo e auxiliando as suas progenitoras. Desde novas acompanhavam as mães, irmãs e vizinhas nos trabalhos do campo e com elas aprendiam os segredos das actividades que lhes estavam incumbidas. A grande maioria das raparigas também não frequentava a escola e, em algumas freguesias rurais, mesmo que o quisessem fazer não lhes era permitido, porque durante muito tempo as escolas eram apenas reservadas aos elementos do sexo masculino.

A proximidade e o contacto permanente da mãe com os filhos rapazes proporcionava uma relação mais próxima do que destes com o pai. Apesar do carinho, da compreensão e do excesso de tolerância da mães, os castigos e as sovas faziam, como já foi visto, parte da sua educação, o que não sucedia com o pai. Este raramente batia nos filhos e mostrava-se frequentemente atencioso para os mais pequenos, sobretudo os rapazes, com os quais se orgulhavam de passear pela aldeia, após o regresso de largas temporadas no campo.

À medida que os filhos iam crescendo, a relação com o pai ia sofrendo um afastamento. Por seu lado, a relação mãe/filho torna-se cada vez mais estreita, e essa proximidade atingia o seu auge quando a mãe considerava o filho em idade *casadoira*. Nessa altura fazia os possíveis para o auxiliar na escolha da melhor companheira possível⁵. Por outro lado, o relacionamento entre mãe e filha era pautado por uma extrema proximidade e uma intimidade ainda mais acentuada do que entre mãe e filho. Com a mãe a rapariga aprendia tudo na vida, desde a lida da casa, ao trabalho no campo, até os segredos do seu poderio e da sua autoridade, que se iriam repercutir no desempenho da filha após o casamento.

No entanto, as grandes alterações aconteciam no relacionamento com o pai. Com o crescimento dos filhos, ia-se criando no lar uma atmosfera de grande distanciamento em relação à figura paterna. Se por um lado, a relação com a mãe se tornava mais íntima e mais estreita, com o pai ela tornava-se cada vez mais fria e distante. Afirma José Cutileiro que:

«As relações entre pai e filho caracterizam-se, desde a adolescência deste, pela autoridade paterna e por um respeito distante pelo pai que contrabalançam a maior intimidade e afectuosidade que distinguem as relações entre mãe e filho. (...).

É frequente os rapazes tratarem os pais por *senhor*. Só muito raramente se sentam na sua companhia à mesa dos cafés ou nas tabernas e muitas vezes evitam encontrar-se com eles mesmo em casa. Têm vergonha de discutir com eles problemas de natureza pessoal e, nos casos em que se torna necessária a intervenção paterna, procuram consegui-la por intermédio da mãe.» (CUTILEIRO, 1977: 150,151).

Com as filhas, a relação tornava-se ainda mais distante uma vez que, à medida que estas iam crescendo, a sua vida girava, por um lado, em torno das actividades domésticas e, a partir de certa altura, dos assuntos relativos ao namoro e depois ao casamento. Em qualquer destes domínios o pai não interferia, a não ser num caso extremo de mau comportamento da filha, em que era obrigado a repreendê-la e mesmo a sová-la quando a gravidade da situação assim o justificava, perante a sociedade.

É interessante efectuar um comparativo entre o que se passava nas famílias dos trabalhadores rurais e a situação que se vivia nas famílias abastadas. A primeira grande diferença a apontar é que a ligação à terra e à aldeia não seria tão profunda entre os filhos dos lavradores porque a sua maioria vivia nas sedes de concelho, ou nas capitais de distrito e alguns deles mesmo em Lisboa. Nesse sentido, viviam uma vida muito mais urbana que os outros, que apenas conheciam os limites da sua freguesia e pouco mais. Em termos de educação vigorava nestas famílias aquilo a que Cutileiro chama de *educação formal* e que refere ser uma das técnicas utilizadas pelas classes abastadas desde meados do século XIX: «O prestígio que envolve a educação formal é bem demonstrado pela proeminência dada nos jornais locais às proezas académicas dos filhos dos latifundiários. São noticiados com inflamadas congratulações os resultados dos seus exames, desde a escola primária à universidade.» (CUTILEIRO, 1977: 58).

Nas classes abastadas, a educação dos filhos passava obrigatoriamente pelos estudos, preferencialmente atingindo a formação universitária que a família tanto ambicionava. As áreas da medicina, do direito ou da agronomia eram as preferidas e, nesse sentido, era frequente os filhos seguirem a mesma formação dos pais, quando estes a possuíam, ou então enveredarem pelas áreas recomendadas pelos progenitores. Isto no caso dos rapazes, porque a formação universitária estava vedada às raparigas. Esta aprendiam a ler e a escrever e permaneciam em casa, construindo a sua vida à imagem e semelhança das mães, ou seja, dedicadas aos labores, ao ócio, à caridade, devotas às questões religiosas e preparando-se para o casamento, considerado o grande momento das suas vidas. De facto, as uniões matrimoniais era o que de mais importante pais e filhos podiam ambicionar. Os casamentos eram efectuados dentro do grupo social, envolvendo amiúde laços de parentesco entre os noivos. Com o casamento e constituição de novas famílias, os filhos viam aumentado seu património fundiário, no entanto, uma vez falecidos os pais, iniciavam-se os conflitos entre herdeiros que muitas vezes desencadeavam problemas que ultrapassavam várias gerações.

A questão da posse da terra afectava evidentemente apenas as famílias dos proprietários e gerava muitas vezes conflitos irresolúveis. Não se trata aqui de fazer um tratado sobre estas questões, mas sim de perceber como no dia-a-dia elas influenciavam as relações entre pais e filhos nas famílias abastadas e como nas famílias dos trabalhadores rurais a questão estava tão longe de lhes dizer respeito.

Nas famílias dos proprietários, quando mais elevados fossem os rendimentos, quanto maior fosse o número de propriedades e quanto maior fosse o número de filhos, mais difícil se tornava de assegurar a continuidade e prosperidade da família após a morte do progenitor. Nas famílias dos trabalhadores rurais, a ausência de bens e de terras não provoca conflitos de interesses daí que as relações familiares fossem por isso mais fáceis de gerir. A complexidade das relações familiares transcende um pouco a natureza destes *Breves Apontamentos sobre questões do género do Alto-Alentejo*, no entanto, é interessante verificar as assimetrias provocadas na estrutura familiar pela questão da posse da terra.

*

Ao contrário de outras regiões do País, em que as mulheres não trabalhavam no campo, dedicando-se exclusivamente às actividades domésticas e familiares, na região do Alentejo as mulheres das classes mais desfavorecidas sempre se ocuparam de diversas actividades agrícolas, algumas das quais estritamente da sua competência. Silva Picão refere a propósito deste assunto:

«Mais do que se poderá supor, a grande maioria das mulheres campónias, necessitadas, empregam-se, o melhor do ano, nos trabalhos agrícolas das herdades, de que são cooperadoras valiosas e imprescindíveis. (...) Os apanhos da azeitona e da bolota, a espalhação de estrumes e adubos, as mondas, as sachas e colheita de legumes, a remoção de pedras miúdas e as ceifas de somenos importância não contratadas pelos *ratinhos*, são as lidas em que se ocupam centenas e centenas de braços da população feminina do concelho» (PICÃO, [1903] 1983: 111).

A monda marcava o início da intervenção feminina no desempenho dos trabalhos agrícolas. Até ao surgimento da monda química, o trabalho de retirar da terra todas as ervas daninhas prejudiciais à seara era efectuado por mulheres, às quais se atribuía a designação de *mondadeiras*. Esta era sem dúvida uma actividade feminina por excelência, ainda que por vezes no rancho se incorporassem rapazes novos ou alguns idosos excluídos, por razões de produtividade, dos ranchos masculinos e das actividades a eles destinadas.

Reunidas em grupos de doze a trinta elementos, sob o comando de uma *manageira*, as mulheres colocavam-se em linha, numa posição curvada, e mondavam à mão se as ervas fossem grossas e de fácil arranque, e com um pequeno sacho quando estas se revelavam rasteiras e muito radiculadas. Ao contrário de outros trabalhos agrícolas em que os ranchos femininos trabalhavam apenas meio-dia, nas mondas o trabalho ocupava todo o dia, desde o nascer ao pôr-do-sol. A aprendizagem fazia parte de um processo de integração das jovens no grupo e conseqüentemente da vontade e do empenho de cada uma. O ritual de iniciação em qualquer actividade agrícola ditava que as aprendizes, algumas ainda crianças ou muito jovens, fossem colocadas entre duas mulheres mais velhas, mães, familiares ou vizinhas, que se encarregavam de ensinar o ofício. A observação e a prática constituíam também importantes meios de aprendizagem. A experiência era adquirida com a prática, sendo que, no início, o trabalho era encarado com muita cautela. A este propósito Capela e Silva, autor de várias obras dedicadas à ruralidade e ao contexto agrícola alentejano na década de 30 do século XX, faz referência à prestação das mulheres mais velhas e das raparigas por ocasião da colheita dos cereais: «As mulheres já entradas nos anos ceifam sem entusiasmo, mas as moças, umas levam *eitos* largos, outras esbracejam com espalhafato, olhando frequentemente para trás quando dão o *mantulho*, para que as vejam, e as *aprendizas*, mal se segurando no piso áspero do restolho, ceifam cautelosamente, com receio de que a foice lhes vá aos dedos» (SILVA, 1939: 140).

Nas grandes herdades alentejanas as ceifas eram executadas por ranchos de trabalhadores provenientes de outras regiões do país que se deslocavam propositadamente a esta província, mediante o estabelecimento de contratos à empreitada, por temporadas de 40 a 60 dias. Eram homens e rapazes provenientes das Beiras e do Douro, aos quais localmente se atribuía a designação de *ratinhos* ou *galegos*.

É difícil datar o aparecimento dos *ratinhos* nos campos alentejanos, no entanto, a sua presença era constatada em obras que datam do século XIX, e que os mencionam como intervenientes na lavoura alentejana já em meados do século anterior: «Também encontramos algumas providencias para supprir os braços que em dadas ocasiões faltam para os trabalhos agrícolas. Já em 1756 aparecem ceifeiros atraídos da populosa província da Beira, e em 1767 alguns ganhões d'igual procedencia assistindo nas grangearias.» (ALMADA, 1888).

Em virtude das precárias condições de vida estes grupos de homens e rapazes saíam das suas terras beirãs em busca de oportunidades que as colheitas dos cereais no Alentejo lhes ofereciam e que, sem a sua presença, estariam fortemente condicionadas. Desde períodos mais remotos até ao início do século XX, deslocavam-se a pé, em longas caminhadas que duravam dias infindáveis até ao destino onde os aguardava um período de labor altamente penoso.

Silva Picão, que dedica um dos capítulos de *Através dos Campos*, exclusivamente à questão dos *ratinhos*, refere os pormenores da sua viagem até ao Alentejo:

«Os ratinhos saem das terras beirãs para as ceifas alentejanas aí por meados de Maio, ou depois, se vem tardia a maturação das searas.(...)»

A viagem é feita a pé, excepto os que jornadeiam em burros. Ao entrarem nas localidades que encontram no trajecto formam colunas, e assim, de mochila e pau às costas, atravessam as povoações entoando cantigas beirãs.(...)»

Acolhidos com agrado pelas populações locais, onde quer que chegam trocam cumprimentos amistosos e trocistas. Afoitadamente se pode dizer que nunca se levantam rivalidades entre beirões e alentejanos. A vinda dos primeiros é estimada pelos segundos.

Caminhando o melhor de uma semana, chegam alfim ao termo da viagem, onde descansam a valer dois a três dias, tratando então do ajuste definitivo.» (PICÃO, [1903] 1983: 228).

Na década de 30 já os *ratinhos* se deslocavam utilizando o caminho-de-ferro ou meios de transporte rodoviários, o que veio facilitar a mobilidade e consequentemente engrossar os contingentes de mão-de-obra de que o Alentejo tanta necessitava por altura das colheitas dos cereais. O seu destino era portanto as grandes searas onde, dispostos *em linha*, os *ratinhos* ceifavam lado a lado, em grupos de quinze a cinquenta homens adultos. Atrás iam os mais jovens do rancho a efectuar a *atada*, que consistia na preparação dos molhos de cereal, atados com um nó simples, que permaneciam no restolho aguardando a passagem dos *enrilheiradores*, que os retiravam para efectuar os *rilheiros*⁶.

Por ser realizada pelos rapazes novos, alguns ainda crianças, a *atada* exigia uma supervisão constante, incumbida muitas vezes ao guarda da herdade, que amiúde se aborrecia com a imperfeição do trabalho realizado pelos mais novos do grupo e cujas queixas, os tios e os pais que os traziam, frequentemente eram obrigados a ouvir.

O trabalho iniciava-se ao nascer do sol e quantas vezes antes disso. O *almoço*, que tinha lugar por volta das 7h ou 8h da manhã, era a primeira refeição tomada após o início do trabalho e consistia em sopas frias com cebola e azeite refogado. A alimentação era por conta do patrão. O esforço despendido obrigava, ao fim da manhã, a um novo reforço alimentício, ao qual se sucedia, já depois do meio-dia, o *jantar*. Esta era uma refeição mais demorada e pautada por momentos de acentuado convívio entre os trabalhadores. Após o *jantar* e a sesta subsequente, a ceifa continuava pela tarde. Seria porventura o pior momento do dia, uma vez que as altas temperaturas características dos meses de Verão no Alentejo, eram quase insuportáveis, exigindo uma condição física e uma robustez extraordinárias.

Antes do sol se pôr tinha lugar a *merenda*, que consistia muitas vezes num refrescante *gaspacho*⁷, e o trabalho só era dado como concluído já noite cerrada:

«Ao largarem a foice, rezam as orações da tarde (um Padre-Nosso e uma Avé-Maria), e em contínuo estendem a copa no rastolho, preparando, por este meio, as camas em que tencionam dormir. Alguns metem alhos nos bolsos, para que o cheiro os preserve dos insectos. Dormem no rastolho, na hipótese de o tempo ir quente e seco, como é próprio da estação calmosa. Às vezes, porém, não acontece assim: trovoadas medonhas, acompanhadas de chuvas torrenciais, rugem ameaçadoras, pressagiando desastres iminentes que apavoram o pessoal.» (PICÃO, [1903] 1983: 242).

Concluída a empreitada, o lavrador acertava as contas com o *manageiro*, responsável do rancho, que se encarregava de distribuir o dinheiro pelo grupo. O pagamento fazia-se ainda no local, na presença de todos, e revestia-se de um certo ambiente de desconfiança e cautela, atenuado pela atenção daqueles que sabiam ler, os quais se responsabilizavam por fiscalizar todo o processo. Efectuadas as contas, cada *ratinho* tomava posse do seu quinhão e imediatamente se deslocava à taberna mais próxima para celebrar o fim da temporada. No dia seguinte partiam de novo para as suas terras, da mesma forma que tinham chegado, e lá eram aguardados pelas esposas e filhos que festejavam entusiasticamente o seu regresso.

Por oposição às ceifas das grandes herdades, nas lavouras de menores dimensões, os cereais eram colhidos por mulheres da região, sob o comando de uma *manageira*, responsável por defender os interesses do rancho, e salvaguardar as melhores condições junto dos patrões.

Capela e Silva, na sua obra *Ganharias*, efectua uma descrição do ambiente vivido nas aldeias na época antecedente ao início das ceifas e refere precisamente o papel da *manageira* na defesa dos interesses do grupo:

«As manageiras andam dementadas, na ânsia de defender os interesses dos seus ranchos, transformando as aldeias em campos de batalha e de desassossego.

Grupos de mulheres desgrenhadas, quasi todas andrajosas, rodeiam a manageira que, com ar comicieiro, arenga improperios aos lavradores e seareiros seus eternos inimigos, nesse desabafar dos fracos quando sentem a impotência própria.» (SILVA, 1939: 129,130).

O tema das ceifas tornava-se recorrente algumas semanas antes do início do trabalho. Os preparativos começavam tempos antes. Era preciso constituir os ranchos, organizá-los, discutir e acertar o valor das jornas e indiscutivelmente tratar das indumentárias e preparar as foices. É curioso notar que nesta sociedade tradicional o início de actividades agrícolas tinha lugar em dia marcado. Sem explicação aparente, a não ser referente à ancestralidade deste costume, o que é facto é que na década de 40 do século XX muitos lavradores ainda possuíam o hábito de iniciar qualquer trabalho agrícola relevante à quarta-feira. Na véspera a aldeia vivia uma movimentação exacerbada, que à noite atingia o seu auge, com os ganhões percorrendo as ruas até altas horas cantando sem cessar e

fazendo paragens às portas das namoradas *ceifadeiras*, orgulhosos por elas demonstrarem qualidade tão importante para a vida de casadas.

O dia seguinte começava bem cedo, por vezes quando no sino da aldeia badalavam as duas horas da madrugada. A *manageira* ia de porta em porta batendo e bradando o nome das ceifeiras, até que todas estivessem reunidas no largo principal da aldeia. A partida para o campo era acompanhada por grandes risotas e cantorias acompanhadas de pandeiros e pandeiretas. Transpostas as últimas casas da aldeia terminava a cantoria e a marcha continuava ao ritmo dos sussurros e gargalhadas fortes das ceifeiras.

Chegadas à seara, e antes de iniciarem o trabalho, as mulheres preparavam o traje: de pé com as pernas abertas, das saias improvisam umas calças, puxando a parte traseira para diante segurando-a à frente junto da barriga com dois *alfinetes-de-fexilho* e mais abaixo dos joelhos com dois *ourelas*. Protegiam os braços com duas braçadeiras de algodão às riscas e nos dedos da mão esquerda colocavam quatro canudos de cana⁸, excluindo o polegar (SILVA, 1939: 139). Para finalizar a vestimenta, as ceifeiras atavam à cabeça uns lenços garridos e por cima um chapéu de palha enfeitado.

Silva Picão constou que a presença das mulheres nos trabalhos agrícolas era sempre envolta num ambiente de grande convívio, animação e entusiasmo:

«A fuga de um lagarto ou de uma lebre, o voo de uma perdiz, o achado de um ouriço, a corrida de um ratinho e outras futilidades semelhantes, dão pretexto a pagodes de gargalhadas sustos fingidos e correrias de fuga, que deleitam as do rancho e amofinam o encarregado. Mas é da peça. Nos trabalhos do campo, está sabido que as mulheres hão-de rir, falar e cantar à grande para darem rumor de si e para se aliviarem um nadinha» (PICÃO, [1903] 1983: 355).

Com a ceifa terminavam as operações agrícolas realizadas pela população feminina até ao final do ciclo agrícola, sendo que as mulheres apenas regressavam ao campo na época da apanha da azeitona, já no ano agrícola seguinte.

Os aspectos sociais e festivos que lhe estão associados, conferem a esta actividade agrícola um protagonismo ímpar que provoca, naqueles que sobre ela têm escrito, como naqueles que a viveram, sentimentos de entusiasmo, alegria, diversão que deixam transparecer nos relatos produzidos.

Em 1863 é publicado um artigo n' *O Almanach* – periódico de grande tiragem da época – sobre a apanha da azeitona em Elvas. Mais do que uma descrição dos aspectos técnicos relacionados com a apanha da azeitona, o autor faz uma descrição do ambiente vivido em torno desta actividade e do entusiasmo que a mesma gerava:

«Ao aproximar-se o desejado Dezembro, não há em Elvas uma rapariga, não há em todo o concelho uma tricana⁹, que não salte, que não pule por alistar-se nos ranchos que, para apanhar a azeitona, se formam para essa ocasião. As criadas abandonam a casa onde estão servindo, e desde o princípio de Dezembro até ao fim de Janeiro subsequente, ou ainda princípio de Fevereiro estão os pobres à espera de criadas, pois antes deste tempo dificilmente as conseguem. É naqueles ranchos que muitas inclinações se despertam e ali que muitos casamentos se contratam.»

Os aspectos rituais e festivos que envolviam a actividade manifestavam-se, desde logo, com o início da colheita, altura em que eram eleitos um *alferes*, uma *juíza* e uma *mordoma* em cada rancho e que, no último dia da apanha, iriam desempenhar um papel fundamental nos festejos.

Da colheita propriamente dita, o autor faz referência à diferenciação dos papéis sociais nomeadamente que o varejamento da azeitona era efectuado pelos rapazes, cabendo às raparigas a tarefa de apanhar do chão, recolhendo nos cestos que estas transportavam à ilharga que, em estando cheios, eram despejados nos carros de tracção animal que se encontravam nas proximidades e que aguardavam o último carregamento para se deslocarem para o lagar.

Todo o período dedicado à colheita da azeitona era vivido com o entusiasmo e alegria proporcionados pela proximidade e contacto directo entre os rapazes e raparigas que, neste período, atingia o seu auge. Essa proximidade reflectia-se nos comportamentos, nas expressões e nas atitudes deles para com elas, marcadas por uma carga provocatória manifestamente implícita. A pausa para as refeições era o momento ideal para colocarem em prática as suas investidas. Toda a refeição era pautada pelas mesmas atitudes e comportamentos provocatórios por parte dos rapazes e constantes esquivos das raparigas.

O fim da colheita ou *acabamento da azeitona*, como era designado o último dia de trabalho, era marcado por acontecimentos festivos levados a cabo pelos elementos do rancho, dos quais se destacava o *alferes*, a *juíza* e a *mordoma* eleitos no primeiro dia da colheita. A festa foi de tal modo bem descrita por Manuel de Castro Sampaio, autor do referido artigo, que aqui se reproduz por inteiro:

«No dia em que se deve acabar a colheita, e a que chamam acabamento da azeitona, as raparigas levam para o olival cuidadosamente enfiados, vestidos e fitas de variadas cores, semelhando os fatos de uma verdadeira mascarada; e os rapazes conduzem por ali um grande número de archotes e uma bandeira posta em comprida haste.

Um pouco antes do sol posto, a *mordoma* e as demais raparigas tratam de enfeitar umas às outras, sendo sempre os melhores enfeites privativos da *juíza*, que pela maior parte das vezes deve a sua eleição à circunstância de ser a mais formosa.

Ao anoitecer, quando tudo se acha disposto, começa a procissão. O *alferes*, rodeado de archotes e agitando a bandeira, rompe a marcha em direcção à cidade; a *juíza*, trazendo a *mordoma* ao seu lado esquerdo segue-o; o rancho vem em descantes caminhando atrás.

Chegando à aldeia dirigem-se à residência do dono do olival, que saúdam com vivas e palmas; este aparece, manda abrir-lhes as portas, dá-lhe de comer e beber; novas palmas e novos vivas lho agradecem, e sem seguida, pela mesma forma que vieram, partem para a residência do feitor onde lhes espera uma boa ceia. Depois de cear há baile. Naquela noite não deixam a casa do feitor; cantam e dançam ao som de pandeiros e, chegando o dia, retiram-se saudosos do melhor tempo que passam em todo o ano.»

António Tomás Pires, personagem ímpar da história e da literatura elvense de finais do século XIX, também ele interessado nos aspectos inerentes a esta actividade, salienta que se trata de um exagero dizer que dificilmente se conseguia uma *criada* nesse tempo, mas acrescenta também à descrição da festa do *acabamento*, que as raparigas trajavam os melhores fatos que possuíam; que os archotes envergados pelos rapazes eram executados em palha encerada; que a bandeira era de fitas de seda e trazia pendente dois ramos de laranjas. Refere que o *alferes* se vestia à *moura*, ou seja, envergando calças largas brancas e jaqueta da mesma cor, colocando uma cinta avermelhada a tiracolo e na cabeça um turbante de papelão e, por fim, salienta que a *juíza* e a *manageira* do rancho trajavam também de branco com duas tranças caídas pelas costas e laços nos remates. Tomás Pires acrescenta ainda a esta descrição de Manuel de Castro Sampaio, que o *feitor* e as mulheres mais velhas do rancho tomavam lugar no final do cortejo e que as raparigas transportavam ramos de flores ou de laranjas nas mãos. Pormenor interessante também era o de que a hora de partida do olival era regulada por forma a chegarem ao povoado ao toque das trindades. Todo o caminho era percorrido entoando expressões de júbilo ao *alferes*, ao feitor, à *juíza*, à *mordoma*, à *manageira* e aos patrões, acompanhadas ao som do pandeiro que alguns elementos do rancho transportavam.

Um relato posterior, de Dezembro de 1940 publicado num outro periódico nacional, *O Primeiro de Janeiro*, volta a demonstrar o interesse e a curiosidade manifestada em torno desta actividade e particularmente sobre o concelho de Elvas: «De tantas vezes que víamos fazer esta colheita, não tivéramos impressão tão inédita, tão curiosa e a que o pessoal feminino empresta de facto o maior relevo.»¹⁰ Afirma-se neste artigo que Elvas e Campo Maior são as terras que melhor cuidam dos olivais, daí possivelmente a escolha deste concelho para observar e retractar tão importante actividade.

Tal como em algumas décadas atrás, como foi demonstrado nos testemunhos antecedentes, a apanha da azeitona permanecia como momento ímpar do calendário agrícola, do qual participavam todas as mulheres, sobretudo as raparigas mais novas. Não parece ser uma novidade que, neste período, todas elas se descomprometiam dos seus ofícios para fazerem parte dos ranchos das suas terras, *para viverem estes dias de grata liberdade, de festa máxima*.

Um dos aspectos, a que se chama a atenção neste artigo, é para a indumentária envergada pelas mulheres do rancho durante a colheita:

«A indumentária delas é curiosa, pois apresentam-se de calças, improvisadas com a própria saia cosida pelas beiras e a apertar abaixo do joelho com dois lacinhos. É de facto uma ideia engenhosa, prática e asseada.(...) As blusas de cores variadas e garridas são as notas alegres na monotonia da paisagem acinzentada. Todas as mulheres andam calçadas, com meias grossas de lã, sapatos fortes ou botas de atacadores muito subidos. Na cabeça, embrulhando bem o pescoço e apertando atrás, usam o lenço de ramagens e, sobre este, o chapéu preto de feltro e abas redondas que alguns enfeitam com um molhinho de azeitonas.»

O espírito mantinha-se de facto inalterável, no entanto, neste discurso observa-se desde logo uma diferença em relação aos anteriores: «Enquanto que os homens de escada encostada às árvores vão ripando a azeitona (...) as mulheres - novas na maioria – acoradas em fila ou em círculo vão apanhando o fruto para os cestos redondos.»¹¹ A informação anterior é que os homens subiam às árvores e varejavam a azeitona, neste caso, afirma-se que ela é ripada, ou seja, colhida à mão. Mais tarde, em testemunhos posteriores, volta-se a referir o varejamento da azeitona como situação frequente, que ainda hoje se efectua em grande parte dos olivais em que a apanha ainda é feita manualmente, tal como o fez Benjamim Pereira, no seu estudo sobre a temática:

«O processo mais corrente da apanha da azeitona é o varejo, a despeito do grave inconveniente de destruir os ramos tenros e, conseqüentemente, diminuir a formação dos rebentos do ano seguinte. (...) Pratica-se ainda, embora mais raramente, a apanha da azeitona ripando-a à mão (...). De um modo geral, este trabalho comporta uma divisão sexual: os homens sobem às árvores, com o auxílio de escada, e varejam a azeitona com varas compridas, ou ripando-a ou colhem-na à mão; as mulheres dispõem os panais sob as oliveiras e apanham a azeitona destes ou do chão para dentro de cestos.» (PEREIRA, 1977: 20)

Todas as restantes actividades agrícolas, desde sementeiras, lavouras, gradagens, abertura de valas, desmoitas, debulhas e acarretos e outras de menor importância eram efectuadas pelos homens nos longos períodos que passavam nas herdades, longe das casas e das famílias e alheios aos problemas domésticos e aos acontecimentos sociais que na sua ausência gravitavam nas aldeias e de que apenas tomavam conhecimento quando regressados desses longos períodos de afastamento.

A instalação definitiva da mecanização no Alentejo veio provocar a queda do mundo rural e com ela, o desaparecimento da sociedade tradicional nas suas especificidades e particularidades que aqui foram brevemente caracterizadas. A sociedade alentejana enveredou para outros domínios, não compatíveis com o modo de vida rural que caracterizou aquela população até cerca de meados do século XX. Actualmente as aldeias alentejanas são conjuntos despovoados de casas rasas, de uma

brancura singular que escondem no seu interior, personagens ainda representantes desse período de vida simples e humilde que aqui foi sumariamente abordado. Hoje, algumas dessas pessoas recordam com saudade os tempos em que não conheciam outra vida senão a do campo, e ainda assim se consideravam felizes. Outros, preferem esquecer e não falar, porque acreditam que a modernidade os desvaloriza e os ofende na sua condição de “campônios”. A verdade é que não tarda muito desaparece esta geração com quem ainda hoje podemos aprender e compreender o passado e as nossas raízes.

Bibliografia

ALMADA, Victorino D'. 1888. *Elementos para um Dicionario de Geographia e História Portugueza – Concelho D'Elvas e Extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*, Tomos I e II, Elvas.

BAPTISTA; Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; PEREIRA, Benjamim (coord.). 1996. *O Voo do Arado*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Etnologia.

BRAGA, Teófilo, 1985 (1885) *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CUTILEIRO, José. 1977. *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.

MURALHA, Pedro (Dir.). s/d. *Álbum Alentejano* Tomo III, Distrito de Portalegre, Imprensa Beleza, Lisboa.

PEREIRA, Benjamim. 1977. *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, centro Cultural Raiano.

PICÃO, José da Silva. 1983 (1903). *Através dos Campos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

SILVA, J. A. Capela e. 1939. *Ganharias*, Lisboa, Imprensa Baroeth.

Periódicos

O Primeiro de Janeiro, 24-12-1940.

O Primeiro de Janeiro, 25-12-1940.

O Primeiro de Janeiro, 27-12-1940.

Notas

¹ Vencimento semanal.

² Vencimento diário.

³ Determinadas mulheres concediam ao marido o dinheiro em pequenas quantidades para os seus gastos diários.

⁴ Apenas quando muito interessavam-se que os filhos aprendessem a ler.

⁵ Ao mesmo tempo que se consolidava e fortalecia a relação entre mãe e filho, ia-se deteriorando a relação da mulher com o marido, muitas vezes desgastada e pouco estimulada com o tempo.

⁶ Grandes medas de palha que se levantam nas eiras.

⁷ Sopas de pão em água fria, temperadas com azeite, vinagre e outros condimentos utilizada como alimento refrescante em todo o Sul de Portugal.

⁸ Estes objectos revestiam-se de elevado valor simbólico, na medida em que constituíam presentes com que os namorados agradavam as namoradas, bordando-os cautelosamente a bico de navalha e neles imprimindo assim uma forte carga emotiva.

⁹ Tomás Pires refere que o termo *tricana*, que o autor emprega em vez de *camponesa*, não é muito utilizado no concelho de Elvas.

¹⁰ O Primeiro de Janeiro, 24-12-1940.

¹¹ Idem.